



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA MUNICIPAL

CONTRATO DE FORNECIMENTO

SC 237/2021  
SC 238/2021

PUBLICADO

Nº. 20 /2021

Celebrado entre o Município de  
Conselheiro Lafaiete Distrilaf  
Distribuidora de Medicamentos Ltda.

CONTRATANTE: Município de Conselheiro Lafaiete.

CONTRATADO: Distrilaf Distribuidora de Medicamentos Ltda.

VALOR: R\$ 3.844.632,85

PRAZO: 12 meses

O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 19.718.360/0001-51, com sede nesta cidade, na Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro, CEP 36.400-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Mário Marcus Leão Dutra, residente e domiciliado neste município, portador do CPF nº. 597.156.426-91, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.889.013/0001-14 com sede na Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Letra A, Bairro Sion, Conselheiro Lafaiete - MG, CEP. 36.404-315, (031) 3764-5628, e-mail: [licitacoes1@distrilaf.com.br](mailto:licitacoes1@distrilaf.com.br), [licitacoes@distrilaf.com.br](mailto:licitacoes@distrilaf.com.br), neste ato representado por seu sócio administrador, Aldo Carlos Henriques Baêta, portador do CPF nº. 028.879.236-09, doravante denominado **CONTRATADA**, considerando o Processo Licitatório 103/2020 – Pregão 033/2020 - Registro de Preço 025/2020 e amparados no inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei 10.520/02, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, em especial seu arts. 15; 57, §1º e 65, II, 'd', bem como o Decreto Municipal nº. 261/2007, Decreto Municipal nº. 366/2008, Lei Complementar nº 123/2006 e pelas demais normas e condições estabelecidas no edital de convocação e em face à classificação das propostas apresentadas no pregão supramencionado, registram os preços para a aquisição de produtos, conforme Ata de Registro de preços nº 59/2020, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação do saldo remanescente com sua prorrogação de vigência e aplicação de reequilíbrio econômico dos itens 10, 11, 12 e 13 da Ata de Registro de Preços nº 59/2020, cujo objeto é a contratação pelo sistema de Registro de Preços para aquisição de materiais e insumos médico-hospitalares, EPI e saneantes, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, para enfrentamento da emergência e observância das regras de que trata a Lei nº 13.979/2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO

Nos termos do parecer jurídico nº. 59/2020, ficou deferida a concessão de reequilíbrio de preços dos itens 10, 11, 12 e 13, conforme tabela abaixo:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA MUNICIPAL

Item	Descrição	Marca	Valor Registrado	Valor Reequilíbrio
10	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO PP: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$42,65	R\$ 100,01
11	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO P: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 46,30	R\$ 100,01
12	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO M: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 45,85	R\$ 100,01
13	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO G: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 45,85	R\$ 100,01



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA MUNICIPAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

O contratado deverá fornecer os itens 10, 11, 12, 13 e 18 constantes e especificados no anexo I do edital de licitação, conforme abaixo:

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	7.075	Cx/100	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO PP: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 100,01	R\$ 707.570,75
11	8.170	Cx/100	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO P: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 100,01	R\$ 817.081,70
12	11.665	Cx/100	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO M: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 100,01	R\$ 1.166.616,65



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA MUNICIPAL

13	10.575	Cx/100	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO G: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação.	Proced Lemgruber Targa - Nac	R\$ 100,01	R\$ 1.057.605,75
18	127	Galão	Quaternário de Amônia de 5º Geração Mais Biguanida (Galão com 5 litros cada) desinfetante hospitalar concentrado para superfícies fixas e artigos não críticos à base de quaternário de amônio de 5º geração - blend de moléculas de 2º geração (cloreto de benzalcônio) e 4º geração (cloreto de dodecildimetilamônio) (19,71%p/p) e PHMB (cloridrato de poli hexametileno-biguanida) (0,765% p/p), compatível com superfícies em acrílico, aço inoxidável, ferro galvanizado, alumínio, latão, borracha e silicone. Cada 1 litro de produto deve gerar pelo menos 250 litros de solução desinfetante. Tempo de contato de 2 a 5 minutos sem necessidade de enxague. Apresentar Laudos Reblas que comprovem a eficácia contra micro-organismos multirresistentes: MRSA, VRE, Acinetobacter Baumannii (IMP-1), KPC e ORSA. O produto deve apresentar eficácia comprovada frente aos vírus: H1N1, Pseudo-raiva, Herpes Simples, BVDV e Rotavírus. Apresentar Laudos Reblas comprovando efeito residual de pelo menos 12 dias em superfícies fixas. O produto deve ter comprovação da biodegradabilidade de seus tensoativos e laudo do sistema conservante (Challenge test.). A estabilidade da solução depois de diluída deve ser de pelo menos 30 dias. A apresentação deverá ser em galão de 5 litros. Apresentar Autorização de Funcionamento conforme Lei 6360/76. O produto deverá ser acompanhado de diluidor eletrônico resistente aos concentrados químicos, sistema fechado e conexão de água simplificada e operando com baixa pressão de água.	Rioquímica/ Nac	R\$ 754,00	R\$ 95.758,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 3.844.632,85</b>	

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

O presente contrato terá os preços discriminados na proposta do Contratado, nos quais estão incluídos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR**

O valor total do presente contrato é R\$ 3.844.632,85 (três milhões oitocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos).



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE PROCURADORIA MUNICIPAL

**Parágrafo Único** - Os preços constantes do presente contrato são fixos e irrevogáveis, estando inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução do mesmo.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO**

O contratado responsabiliza-se pelo fornecimento, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal, no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Empenho - AE, sob pena de caracterizar inexecução contratual passível de aplicação das sanções legais.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

O pagamento do objeto deste Contrato será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da apresentação da competente nota fiscal, que deverá estar acompanhada do pedido e documentação de regularidade fiscal do fornecedor, atestados pela fiscalização da Secretaria Municipal solicitante.

**Parágrafo Primeiro** - A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do Processo Licitatório e Contrato que lhe deu origem e ser entregue pelo contratado diretamente na Secretaria Municipal Solicitante, que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

**Parágrafo Segundo** - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao contratado e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**Parágrafo Terceiro** - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

**Parágrafo Quarto** - A liquidação do pagamento está adstrita à regularidade documental e fiscal do Contratado, facultando-se ao Contratante a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, caso o contratado não mantenha todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório.

**Parágrafo Quinto** - O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante de entrega do material/serviço, forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

**Parágrafo Sexto** - Verificado atrasos no pagamento, por culpa do Contratante, superior a 90 (noventa) dias, será devido ao Contratado, a partir daquele momento até a regularização, multa no percentual de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da nota fiscal emitida.

**Parágrafo Sétimo** - O pagamento de juros e multa não é automático, devendo ser requerido formalmente pelo contratado.



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA MUNICIPAL**

**CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

- 7.1. O fornecimento/serviço somente estará caracterizado mediante a apresentação do pedido/Ordem de Fornecimento/Serviço.
- 7.2. O Contratado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato, mesmo que o fornecimento esteja previsto para data posterior à do seu vencimento.
- 7.3. O fornecimento/serviço será realizado de forma parcelada, feito de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da secretaria solicitante.
- 7.4. O Contratante reserva-se o direito de não aceitar as mercadorias em desacordo com o previsto no presente contrato e no edital de licitação, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da lei nº. 8.666/93.
- 7.5. O Contratado obriga-se a fornecer os produtos/serviços nas mesmas condições e preços avençados, no local e na quantidade prevista na Ordem de Fornecimento emitida pelo setor responsável.
- 7.6. O Contratado deverá responder pelas despesas relativas ao frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras despesas que forem devidas e referentes ao fornecimento dos produtos do objeto do presente contrato.
- 7.7. O Contratado deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Conselheiro Lafaiete ou a terceiros, em razão da ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.
- 7.8. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do Contratado para outras entidades/empresas;
- 7.9. O Contratado, no prazo de garantia dos produtos, deverá substituí-los, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) dias, sem ônus para o Contratante, no caso da constatação de vício oculto ou anomalia.
- 7.10. O acondicionamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado. Os produtos deverão estar devidamente protegidos contra danos que possam ser causados por agentes externos.
- 7.11. Os produtos devem estar com embalagens invioladas e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
- 7.12. Na Nota Fiscal deverão constar os números dos lotes correspondentes aos produtos entregues.
- 7.13. Não serão aceitas entregas de mercadorias sem Notas Fiscais ou preenchidas erroneamente.
- 7.14. Toda Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, conter o número da Autorização de Empenho, empenho e processo licitatório a qual está vinculada.
- 7.15. O material/serviço deverá ser entregue/prestado no endereço informado no ato do pedido, junto com o envio do Empenho.
- 7.16. O Contratado declara estar ciente e compromete-se a cumprir todas as exigências e especificações para o fornecimento dos produtos constantes e discriminados no edital do processo licitatório e seus anexos, em especial, o Termo de Referência, que faz parte integrante do presente contrato, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas desta licitação correrão por conta da dotação do ano de 2021 a que vier a lhe substituir.



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, com início em a partir da sua data de assinatura.

**Parágrafo Único** – O presente contrato, a critério da Administração, poderá ser prorrogado ou rescindido, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

**10.1. DO CONTRATADO:**

- a) Fornecer os produtos conforme o especificado no objeto deste contrato, de acordo com as determinações da Secretaria solicitante, observadas as normas legais vigentes, bem como as cláusulas e condições previstas neste contrato;
- b) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista os fornecimentos realizados anteriormente à emissão da Nota;
- c) Manter, durante toda a execução do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;
- d) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que trabalharem em função do contrato;
- e) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelo contratado, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros na execução do serviço;
- f) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais.
- g) Demais obrigações constantes do Edital de Licitação e Termo de Referência.

**10.2. DO CONTRATANTE:**

- a) Credenciar, através das Secretarias Municipais solicitantes os setores que serão beneficiados com o fornecimento;
- b) Através das Secretarias Municipais solicitantes no Município, proceder à recepção e conferência das Notas Fiscais/Fatura emitidas pelo Contratado, encaminhando-as ao setor responsável para devido processamento;
- c) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pelo Contratado, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização destas com a efetiva entrada dos produtos no almoxarifado municipal;
- d) Acompanhar, conferir e fiscalizar o fornecimento;
- e) Efetuar os pagamentos ao Contratado.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- a) Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Cometer fraude fiscal; e
- g) Comportar-se de modo inidôneo.



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE PROCURADORIA MUNICIPAL

h) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

b) multas:

I) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos itens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso a Contratante poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

II) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

III) 0,2% (dois décimos por cento) até o limite de 5 % (cinco por cento) por dia sobre o valor dos itens, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecido no contrato.

IV) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

V) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão contratual por inexecução parcial do contrato.

VI) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais - entrega inferior a 50%(cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "I".

c) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e/ou danos causados à Administração.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo Primeiro** - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE PROCURADORIA MUNICIPAL

Administração.

**Parágrafo Segundo** - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Conselheiro Lafaiete, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Governo do Município de Conselheiro Lafaiete.

**Parágrafo Terceiro** - O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Governo do Município de Conselheiro Lafaiete, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**Parágrafo Quarto** - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Parágrafo Quinto** - Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Sexto** - As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no registro cadastral deste Município.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado:

12.1. Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação dos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

12.2. Por acordo entre as Partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo Contratante, quando:

- a) A contratada não cumprir as obrigações constantes deste contrato;
- b) A contratada não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) A contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE PROCURADORIA MUNICIPAL

- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a contrair prejuízos
- h) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos
- i) A paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- j) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
- k) O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e gerenciar a execução, assim como as de seus superiores;
- l) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo setor gerenciador deste contrato;
- m) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- n) A dissolução da sociedade;
- o) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

**Parágrafo Primeiro** - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo Segundo** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

Poderá ser solicitado o cancelamento do presente contrato quando:

- a) Mediante solicitação, por escrito, do Contratado, com comprovação da impossibilidade de cumprir as exigências deste contrato;
- b) À juízo do Contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

**Parágrafo Único** - A solicitação do Contratado para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada ao Contratante a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GERENCIAMENTO

O presente Contrato será acompanhado pela servidora Lysiane de Andrade Neto Amorim, Diretora de Atenção Básica, que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com a



**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA MUNICIPAL**

Contratada para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Conselheiro Lafaiete, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

**Parágrafo Segundo** – O Contratado permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** Integram este contrato a Ata de Registro de Preços nº. 07/2019, bem como o termo de referência, independentemente de suas transcrições.

**16.2.** O CONTRATADO terá o prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias para assinar o presente contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

**16.3.** Sendo cumpridas todas as obrigações e findo o prazo de vigência, este instrumento por si só se encerra.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Contrato será publicado por conta do Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete/MG, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

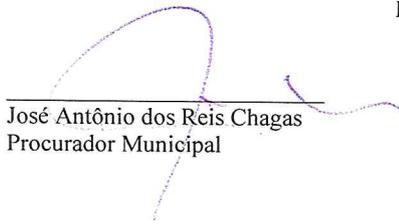
E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra seus efeitos legais.

Conselheiro Lafaiete, 08 de Fevereiro de 2021.

  
Sérgio Adriano de Cruz  
Distrilaf Distribuidora de Medicamentos Ltda.  
CNPJ nº 04.889.013/0001-14

  
Rita de Kássia Silva Melo  
Secretária Municipal de Saúde

  
Mário Marcus Leão Dutra  
Prefeito Municipal

Visto:   
José Antônio dos Reis Chagas  
Procurador Municipal

  
Álvaro Faria de Andrade  
Gerente Jurídico Consultivo

P. \_\_\_\_/2021.

